



PRIMEIRO

ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 58/2017

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E AS OBRAS SOCIAIS EURÍPEDES BARSANULFO

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, portador do CPF nº 001.482.701-82, Carteira de Identidade nº MG- 14.758.083 SSP – MG residente e domiciliado nesta cidade e as OBRAS SOCIAIS EURÍPEDES BARSANULFO, inscrita no CNPJ sob nº. 22.099.995/0001-22, com sede a Rua Doutor Marcolino, nº 875 – Bairro Centro , Patos de Minas, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo presidente LUIZ ANTONIO PERES, nacionalidade brasileira, portador do C.P.F nº 491.642.366-68, Carteira de Identidade nº MG-3.286.579 SSP/MG, residente e domiciliado a Av. Paranaíba, 862, Apto: 201, Bairro Centro, Patos de Minas, com interveniência do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA CMDPI - neste ato representado pela presidente, VIVIANE ELEN DE CASTRO SAMPAIO, brasileira, residente e domiciliada na Rua Ziquinha Branco, 71, Bairro: Campos Elíseos, em Patos de Minas/MG, portadora do CPF nº 071.128.716-93 e carteira de identidade nº MG-13.137.268, resolvem celebrar o presente ADITIVO, regendo-se pelo disposto na pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 7.425/2017 e Lei Orçamentária Anual nº 7.427/2017, Lei de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 7.428/2017, nº 7.501/2017, nº 6.639/2012, Decreto nº 4.139/2016, Decreto 4.366/2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Lei Federal nº 9.532, de 10/12/1997, Lei Federal nº 8.842, de 04/07/1994, consoante aos processos administrativos nº 20.108 de 28/12/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência do termo de fomento originário é prorrogada até 30/06/2018.

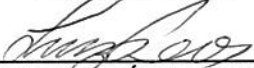
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento originário.

E, por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo que também o subscrevem.

Patos de Minas, 28 de dezembro de 2017.



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
José Eustáquio Rodrigues Alves
Prefeito Municipal





OBRAS SOCIAIS EURÍPEDES BARSANULFO
Luiz Antonio Peres



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA CMDPI
Viviane Elen de Castro Sampaio

Testemunhas


Nome: _____
CPF: 430.389.958-44


Nome: _____
CPF: 077.314.726-80





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

TERMO DE FOMENTO Nº 58/2017

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E AS OBRAS SOCIAIS EURÍPEDES BARSANULFO

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, portador do CPF nº 001.482.701-82, Carteira de Identidade nº MG- 14.758.083 SSP – MG residente e domiciliado nesta cidade e as OBRAS SOCIAIS EURÍPEDES BARSANULFO, inscrita no CNPJ sob nº 22.099.995/0001-22, com sede a Rua Doutor Marcolino, nº 875 – Bairro Centro, Patos de Minas, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo presidente LUIZ ANTONIO PERES, nacionalidade brasileira, portador do C.P.F nº 491.642.366-68, Carteira de Identidade nº MG-3.286.579 SSP/MG, residente e domiciliado a Av. Paranaíba, 862, Apto: 201, Bairro Centro, Patos de Minas, com interveniência do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA CMDPI - neste ato representado pela presidente, VIVIANE ELEN DE CASTRO SAMPAIO, brasileira, residente e domiciliada na Rua Ziquinha Branco, 71, Bairro: Campos Elíseos, em Patos de Minas/MG, portadora do CPF nº 071.128.716-93 e carteira de identidade nº MG-13.137.268, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 7.425/2017 e Lei Orçamentária Anual nº 7.427/2017, Lei de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 7.428/2017, nº 7.501/2017, nº 6.639/2012, Decreto nº 4.139/2016, Decreto 4.366/2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Lei Federal nº 9.532, de 10/12/1997, Lei Federal nº 8.842, de 04/07/1994, consoante aos processos administrativos nº 20041 de 27/11/2015 e nº 10576 de 10/07/2017, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos do Fundo Municipal do Idoso - FID (Auxílios), conforme projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL/CMDPI

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

1/10



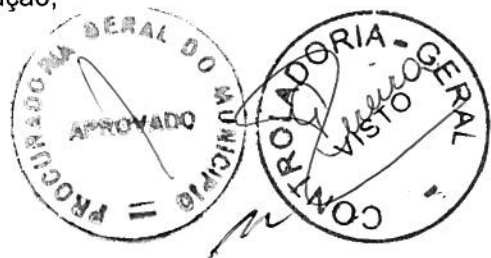


MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

- b) o Colegiado do CMDPI fica designado como comissão de monitoramento e avaliação em atenção ao Inciso XI do Artigo 2º da Lei 13.019/14 e nomeará um de seus membros que representará o Poder Público como Gestor da Parceria;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- h) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- i) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

III - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do projeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 23.368,46 (vinte e três mil, trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do Projeto do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 23.368,46 (vinte e três mil, trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 02.08.02.08.241.0008.2049, UG 020802 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 241, Programa:0008, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios Fonte: 100.0600 transferências de recursos de instituições privadas para idoso. (3955)

O valor deverá ser repassado em parcela única conforme projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme projeto aprovado pelo CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA CMDPI, mediante transferência eletrônica na Conta Corrente nº 79.118-0, Agência nº 0190-2 – Banco do Brasil S.A, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

3/10





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no período compreendido entre a data do recebimento dos recursos financeiros pela entidade e o prazo estipulado na Cláusula Sexta, discriminando as despesas conforme estabelecido na cláusula primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

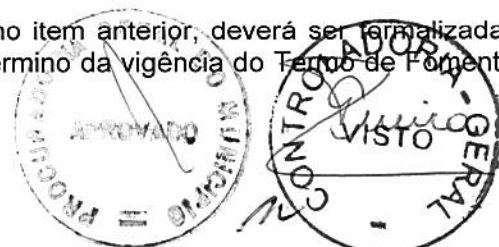
CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **31/12/2017**, conforme prazo previsto no anexo Projeto para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

5/10





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

6/10





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7/10





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Projeto;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

9/10





MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.


Patos de Minas, 05 de dezembro de 2017.



JOSÉ EUSTÁQUIO RODRIGUES ALVES
Prefeito Municipal



LUIZ ANTONIO PERES
Obras Sociais Eurípedes Barsanulfo



VIVIANE ELEN DE CASTRO SAMPAIO
Presidente - CMDPI

Testemunhas

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____





PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo		CNPJ 22.099.995.0001-22
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)		
Bairro Rua Eurípedes Barsanulfo, 81 - B. Cristo.	Cidade Patos de Minas/MG	CEP 38700-264
E-mail da Instituição contato@lardeidosos.oseb.org.br		Home Page http://www.lardeidosos.oseb.org.br
Telefone 1 (34) 3823- 9016	Telefone 2	Telefone 3 ()

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome Luiz Antônio Peres		CPF:	
Nº RG 3.286.576	Órgão Expedidor SSPMG	Cargo PRESIDENTE	Função ADMINISTRADOR
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) AVENIDA PARANAÍBA, 862, APTO 201			
Bairro CENTRO	Cidade PATOS DE MINAS	CEP 38.700-190	
Telefone 1 (34)3818 4400	Telefone 2 (34)99780 4949	Telefone 3 ()	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto CONTRIBUINDO PARA A MELHOR IDADE	
Abrangência Territorial Município de Patos de Minas	Nº de Beneficiários que serão atendidos 12 residentes do Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo
Período de duração 2 MESES	Valor total
Resumo do Projeto: O projeto visa contribuir para promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa no Município de Patos de Minas, por meio do Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo.	



Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo

Fundado em agosto de 1958

Rua Eurípedes Barsanulfo, 81 – Cristo Redentor – Patos de Minas

www.lardeidosos.oseb.org.br

4. DESCRIÇÃO DA PROJETO/ATIVIDADE

O LAR DE IDOSOS EURÍPEDES BARSANULFO é uma instituição de longa permanência, filantrópica, beneficente, mantida pelas Obras Sociais Eurípedes Barsanulfo, abrigando mulheres acima de 60 anos em diversos graus de dependência.

Sua fundação foi em agosto de 1958. Através da doação de um terreno com algumas casinhas, na Rua Eurípedes Barsanulfo, 81, bairro Cristo Redentor, local que é a sede até hoje. Inicialmente foi destinado a moradia de famílias carentes.

Depois de acolher famílias o Lar de Idosos passou a atender somente idosos de ambos os sexos. Devido ao pequeno espaço e a necessidade da divisão por alas separadas por gênero, o Lar de Idosas optou há 15 anos, após o falecimento dos últimos integrantes do sexo masculino, a abrigar somente idosas.

O objetivo da instituição é de prestar uma assistência digna em todas as dimensões, oferecendo amor e atenção a essa parcela da população que só aumenta no decorrer dos anos. E é almejando este objetivo que foi elaborado este projeto, de forma a auferir recursos visando atender as necessidades para a manutenção desta entidade, sendo que para as atividades as quais o referido projeto não puder atender em sua totalidade as mesmas serão complementadas com recursos próprios da instituição a serem obtidos através de outras fontes, caso necessário.



5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do objeto

Eixo 1: Oferecer estruturas que facilite o desenvolvimento das capacidades da vida diária;

Produto 1.1: Aquisição de mobiliário para a administração visando o melhor atendimento as internas.

- Mesa para escritório em L 1.3x1.3.

Produto 1.2: Aquisição de eletrodomésticos para a lavanderia, sendo uma máquina de lavar roupas industrial, haja vista que modelos tradicionais tem ciclo de vida menor devido a demanda de utilização e uma secadora devido as intempéries principalmente na época de chuvas.

- Máquina de Lavar BWK 15 AB Brastemp - (ALTERADO PARA BMD 15ABANA)
- Secadora BSR 10 AB Brastemp

Produto 1.3: Aquisição de material permanente para melhor atendimento as internas

- Fogão Industrial 6 bocas com pane base
- Fogão Cozinha - 6 bocas
- Mesa com 6 cadeiras para cozinha
- Exaustor cozinha
- Panela de pressão 8 litros (7,5l)
- Grades de proteção para sofá
- Liquidificador industrial
- Poltrona
- Ventiladores para Quartos -30 cm
- Pratos

Produto 1.4: Substituição de motor do portão, haja vista que houve pane no atual, de forma a melhor atender as internas

Eixo 2: Adequar a unidade de acordo com as exigências da vigilância sanitária;

Produto 2.1: Aquisição de geladeira, haja vista que a atual esta em péssimas condições e não esta atendendo as necessidades tanto de armazenamento (quantidade) quanto de manutenção (refrigeração).

- Refrigerador 1 porta frost free, 352 litros



5.2. Metas

As metas serão distribuídas de acordo com os produtos estabelecidos dentro de cada eixo proposto nos objetivos específicos:

Eixo 1: Oferecer estruturas que facilite o desenvolvimento das capacidades da vida diária.

Produto 1.1: Adaptar/reformar espaço existente e acessibilidade para implementação do salão de atividades.

META: Salão de atividades reformado.

Produto 1.2: Aquisição de mobiliário para o salão de atividades e administração visando o melhor atendimento as internas.

META: Mobiliar sala de administração.

Produto 1.3: Aquisição de eletrodomésticos para a lavanderia, sendo uma máquina de lavar roupas industrial, haja vista que modelos tradicionais tem ciclo de vida menor devido a demanda de utilização e uma secadora devido as intempéries principalmente na época de chuvas.

META: Equipar a lavanderia.

Produto 1.4: Aquisição de material permanente para melhor atendimento as internas.

META: Equipar a Cozinha e salão de atividades

Produto 1.5: Substituição de motor do portão, haja vista que houve pane no atual, de forma a melhor atender as internas.

META: Portão de entrada consertado.

Eixo 2: Adequar a unidade de acordo com as exigências da vigilância sanitária.

Produto 2.1: Aquisição de geladeira, haja vista que a atual esta em péssimas condições e não esta atendendo as necessidades tanto de armazenamento (quantidade) quanto de manutenção (refrigeração).

META: Equipar Cozinha e atender solicitação da vigilância sanitária.

5.3. Público beneficiário

12 residentes do Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo



5.4. Execução das atividades

As atividades serão distribuídas de acordo com os produtos estabelecidos dentro de cada eixo proposto nos objetivos específicos:

Eixo 1: Oferecer estruturas que facilite o desenvolvimento das capacidades da vida diária;

Produto 1.1: Adaptar/reformar espaço existente e acessibilidade para implementação do salão de atividades.

AÇÃO: Contratação de empresa especializada e Instalação de vidros e janelas

Produto 1.2: Aquisição de mobiliário para o salão de atividades e administração visando o melhor atendimento as internas.

AÇÃO: Compra de mesa para escritório.

Produto 1.3: Aquisição de eletrodomésticos para a lavanderia, sendo uma máquina de lavar roupas industrial, haja vista que modelos tradicionais tem ciclo de vida menor devido a demanda de utilização e uma secadora devido as intempéries principalmente na época de chuvas.

AÇÃO: Compra de máquina de lavar roupa e secadora.

Produto 1.4: Aquisição de material permanente para melhor atendimento as internas

AÇÃO: Comprar fogão industrial com pane base, fogão de cozinha – 6 bocas, mesa com 6 cadeiras, exaustor, panela de pressão (7,5l), liquidificador industrial, pratos, poltrona, grades de proteção para sofá/encosto, ventiladores de mesa de 30 cm.

Produto 1.5: Substituição de motor do portão, haja vista que houve pane no atual, de forma a melhor atender as internas.

AÇÃO: Comprar motor para portão.

Eixo 2: Adequar a unidade de acordo com as exigências da vigilância sanitária;

Produto 2.1: Aquisição de geladeira, haja vista que a atual esta em péssimas condições e não esta atendendo as necessidades tanto de armazenamento (quantidade) quanto de manutenção (refrigeração).

AÇÃO: Comprar refrigerador.

5.5. Execução das atividades

Produtos/Eixos	Indicadores de alcance de resultados	Formas de verificação
Prod. 1.1	Aquisição de materiais permanentes de acordo com a tabela 5.4 Cronograma de execução (% planejado e % executado).	Relatórios, notas fiscais e inspeção visual
Prod. 1.2		
Prod. 1.3		
Prod. 1.4		
Prod. 1.5		
Prod. 2.1		Relatórios, notas fiscais e inspeção visual



Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo
Fundado em agosto de 1958
Rua Eurípedes Barsanulfo, 81 – Cristo Redentor – Patos de Minas
www.lardeidosos.oseb.org.br

5.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Cargahoráriasemanal

5.7. Previsão da Receita

R\$ 23.368,46

5.8. Período de execução do objeto

Início: 11/2017	Término: 12/2017
------------------------	-------------------------

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta prod.1.1: Salão de atividades reformado.		Valor (R\$):8.600,00	
Indicador(es): cronograma de execução (% planejado e % executado).			
Etapa	Metodologia	Valor (R\$)	
		Início	Término
1.1.1. Aquisição de 10 (dez) guarda roupas.	Para a execução do projeto será contratada empresas que possam atender aos objetivos de cada eixo do projeto. Cotação com 3 empresas para obtenção do melhor valor para atendimento do objeto	R\$ 8.600,00	11/2017
Meta prod.1.2: Mobiliar sala de administração.		Valor (R\$): 456,66	
Indicador(es): cronograma de execução (% planejado e % executado).			
Etapa	Metodologia	Valor (R\$)	
		Início	Término
1.2.1. Aquisição de mesa para escritório em L 1.3x1.3	Cotação com 3 empresas para obtenção do melhor valor para atendimento do objeto.	R\$ 456,66	11/2017
Meta prod.1.3: Equipar a lavanderia		Valor (R\$):4.460,00	
Indicador(es): cronograma de execução (% planejado e % executado).			

Meta prod.1.3: Equipar a lavanderia		Valor (R\$):4.460,00	
Indicador(es):cronograma de execução (% planejado e % executado).			
Etapa	Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução
1.3.1. Máquina de Lavar BWK 15 AB Brastemp	Cotação com 3 empresas para obtenção do melhor valor para atendimento do objeto.	R\$2.310,00	Início 11/2017
1.3.2 Secadora BSR 10 AB Brastemp		R\$2.150,00	Término 12/2017

Meta prod.1.4: Equipar a Cozinha e salão de atividades		Valor (R\$): 6.512,80	
Indicador(es):cronograma de execução (% planejado e % executado).			
Etapa	Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução
1.4.1. Fogão Industrial 6 bocas com pane base	Cotação com 3 empresas para obtenção do melhor valor para atendimento do objeto	R\$1.415,00	Início 11/2017
1.4.2. Fogão Cozinha - 6 bocas		R\$ 980,00	11/2017
1.4.3. Mesa com 6 cadeiras para cozinha		R\$ 750,00	11/2017
1.4.4. Exaustor cozinha		R\$ 499,00	11/2017
1.4.5. Panela de pressão 8 litros (7,5l)		R\$ 120,00	11/2017
1.4.6. Grades de proteção para sofá		R\$ 400,00	11/2017
1.4.7. Liquidificador industrial		R\$ 1.200,00	11/2017
1.4.7. Poltrona	R\$ 799,00	11/2017	12/2017



Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo

Fundado em agosto de 1958
 Rua Eurípedes Barsanulfo, 81 – Cristo Redentor – Patos de Minas
 www.lardeidosos.oseb.org.br

1.4.8. Ventiladores para Quartos -30 cm	R\$ 300,00	11/2017	12/2017
1.4.9. Pratos	R\$ 58,80	11/2017	12/2017

Meta prod.1.5: Portão de entrada consertado				Valor (R\$): 1.500,00	
Indicador(es):cronograma de execução (% planejado e % executado).					
Etapa	Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução		
1.5.1 Motor de Portão modelo: DZ4 SK Turbo.	Cotação com 3 empresas para obtenção do melhor valor para atendimento do objeto	R\$ 1.500,00	Início	Término	
			11/2017	12/2017	

Meta prod.2.1: Equipar Cozinha e atender solicitação da vigilância sanitária.				Valor (R\$):1.830,00	
Indicador(es):cronograma de execução (% planejado e % executado).					
Etapa	Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução		
2.1.1. Refrigerador 1 porta frostfree, 352 litros	Cotação com 3 empresas para obtenção do melhor valor para atendimento do objeto	R\$ 1.830,00	Início	Término	
			11/2017	12/2017	



7. PLANO DE APLICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE
Material de Consumo	
Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução	
Equipamentos e Materiais Permanentes	
Prestação de Serviço Pessoa Jurídica	
Prestação de Serviço Pessoa Física	
TOTAL	

7.1 Detalhamento das despesas

Especificar o gasto com cada item de despesa

7.1.1 Material de consumo					
Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
	Subtotal				

7.1.2 Equipe encarregada pela execução					
Item	Nome	Cargo	Qtde	Salário	Valor Total
	Subtotal				

(*) Comprovar com Planilha de Memória de Cálculo demonstrando os salários nominais com todos os encargos sociais previstos no Art. 46, Inciso I da Lei nº 13.019/2014)

7.1.3 Equipamentos e materiais permanentes					
Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
	Aquisição de 10 (dez) guarda roupas	Und	1	R\$ 8.600,00	R\$ 8.600,00
	Mesa para escritório em L 1.3x1.3.		1	R\$456,66	R\$456,66
	Máquina de Lavar BWK 15 AB Brastemp		1	R\$2.310,00	R\$2.310,00
	Secadora BSR 10 AB Brastemp		1	R\$2.150,00	R\$2.150,00
	Fogão Industrial 6 bocas com pane base		1	R\$1.415,00	R\$1.415,00
	Fogão Cozinha - 6 bocas		1	R\$ 980,00	R\$ 980,00
	Mesa com 6 cadeiras para cozinha		1	R\$ 750,00	R\$ 750,00
	Exaustor cozinha		1	R\$ 499,00	R\$ 499,00
	Panela de pressão 8 litros (7,5l)		1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
	Grades de proteção para sofá		2	R\$ 200,00	R\$ 400,00
	Liquidificador industrial		1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
	Poltrona		1	R\$ 799,00	R\$ 799,00
	Ventiladores para quartos com 30 cm		3	R\$ 100,00	R\$ 300,00
	Pratos		12	R\$ 4,90	R\$ 58,80
	Motor de Portão modelo: DZ4 SK Turbo		1	R\$ 1500,00	R\$ 1500,00
	Refrigerador 1 porta frost free, 352 litros		1	R\$1.830,00	R\$1.830,00
	Subtotal				R\$ 23.368,46

7.1.4 Prestação de Serviço Pessoa Física					
Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total



Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo

Fundado em agosto de 1958

Rua Eurípedes Barsanulfo, 81 – Cristo Redentor – Patos de Minas

www.lardeidosos.oseb.org.br

7.1.4 Prestação de Serviço Pessoa Física					
Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
	Subtotal				

7.1.5 Prestação de Serviço Pessoa Jurídica					
Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
	Subtotal				

TOTAL GERAL	R\$ 23.368,46
--------------------	--------------------------

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DO CONCEDENTE					
01/2017	02/2017	03/2017	04/2017	05/2017	06/2017
07/2017	08/2017	09/2017	10/2017	11/2017	12/2017
				23.368,46	



Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo

Fundado em agosto de 1958
Rua Eurípedes Barsanulfo, 81 – Cristo Redentor – Patos de Minas
www.lardeidosos.oseb.org.br



Declaramos que inexistente qualquer inadimplência com o Município de Patos de Minas ou com qualquer órgão da Administração Pública, que impeça a execução do objeto deste plano de trabalho.

_____/_____/_____
DATA

[Handwritten Signature]
ASSINATURA PRESIDENTE

[Handwritten Signature]
Assinatura Tesoureiro

06. PARECER DO GESTOR DA PARCERIA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DA PASTA RELACIONADA QUANTO À VIABILIDADE DO PROJETO

PATOS DE MINAS ____/____/____

Assinatura

Leis Autorizativas

Dotação Orçamentária

	Auxílio – despesas com investimento (realização de obras, aquisição de equipamentos...)
	Contribuição – despesas com manutenção ou promoção e participação em eventos.
	Subvenção – despesas com manutenção (contas de água, telefone, energia, aquisição de material de papelaria, de limpeza, gêneros alimentícios, combustível, reparos de equipamentos, despesas com cartório e contador)
	Outros

07. PARECER DO PREFEITO MUNICIPAL

PATOS DE MINAS ____/____/____

Assinatura



OBRAS SOCIAIS EURÍPEDES BARSANULFO

Mantenedor – CNPJ: 22.099.995/0001-22
Rua Doutor Marcolino, 875 – Centro – Patos de Minas – www.oseb.org.br